

Avaliação de intangíveis: começo, meio e fins

Mudança também atinge estratégia dos executivos, que ganham mais um fator de análise ao fechar fusões e aquisições

Peça importante no IFRS, a avaliação de intangíveis gera discussão por onde passa. Nos Estados Unidos, onde o padrão internacional ainda não tem data definida para entrar em vigor, as preocupações já giram em torno da definição de um valor justo para esses ativos. No Brasil, o clima tenso na adequação não é diferente. Com a adoção obrigatória do IFRS, os executivos do País têm dúvidas que começam na fase de identificação e vão até a contínua mensuração dos intangíveis.

Segundo especialistas, a fase inicial exige que o executivo primeiro entenda *o que são* e, em um segundo momento, identifique *quais são* esses ativos. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão responsável pela normatização do IFRS no Brasil, define o intangível como “um ativo não monetário identificável sem substância física ou, então, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura”. O sócio-diretor da BDO Trevisan, Marcos Sanchez, lembra que, “para ser contabilizado no balanço, ele precisa ter sido adquirido. É assim na regra mundial: só se houver custo”.

Desde o primeiro contato com o processo de contabilização, minuciosamente explicada no pronunciamento CPC-4, a recomendação é que companhias iniciantes peçam auxílio a especialistas. “É aconselhável que as empresas tenham assistência porque, dependendo da natureza do negócio, não há nenhuma experiência”, afirma o sócio da área de auditoria da Deloitte Edward Ruiz.

“Para as empresas que não lidaram com isso no passado, acredito que a transição vai ser dura. Principalmente, para entender quais são os intangíveis, a vida útil, processos que geram reavaliação, os cálculos necessários e o nível de transparência”, completa ele. Mesmo assim, passado o susto inicial, é provável que o “clima se torne relativamente calmo”, mas não sem planejamento e auxílio de especialistas.

Passado o susto inicial

Além da falta de conhecimento dos empresários, a riqueza de detalhes do IFRS pode ser um fator negativo durante a adequação. E não faltam casos que demonstrem a complexidade da norma dos intangíveis. O tema estará no foco das auditorias, já que esses ativos terão um espaço reservado nos relatórios em IFRS. Por isso, os maiores cuidados devem estar na fase de contabilização e reavaliação.

De acordo com o CPC, “preços de mercado cotado em um mercado ativo oferecem uma estimativa confiável do valor justo de um intangível”. O resultado é o mesmo fair value, que vem sendo discutido nos Estados Unidos para contabilizar esses ativos.

Após a contabilização inicial, os intangíveis também estão submetidos ao conceito de *impairment*, deterioração em inglês. Por isso, é necessário que sejam feitos novos cálculos em caso de qualquer indício de desvalorização. “As reavaliações devem ser realizadas regularmente para que, na data do balanço, o valor contábil do ativo não apresente divergências relevantes em relação ao seu valor justo”, explica o CPC.

Mercado e conseqüências

A contabilização dos intangíveis é considerada um dos aspectos mais complexos da adequação ao IFRS. Durante uma eventual adequação americana, a mudança será menos significativa, pois, segundo especialistas, o padrão internacional tem mais semelhanças com o US_GAAP.

A expectativa é de que branding, auditoria e setores como gestão da reputação sejam os mais beneficiados. A mudança também atinge a atuação estratégica dos executivos, que ganham mais um fator de análise ao fechar fusões e aquisições. “A cúpula deve acompanhar a contabilização. Sempre haverá mudança nos negócios, devido a indícios de ascensão e desvalorizações”, advertem alguns especialistas na área.